

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1.ª CLASSE

PROVA ORAL/MALOTE 6

GRUPO II – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 1

O ECA prevê que, estando o adolescente internado provisoriamente, o prazo máximo para a conclusão do procedimento na primeira instância do Poder Judiciário é de quarenta e cinco dias. À luz da doutrina e da jurisprudência, esclareça quais são as consequências de se exceder esse prazo.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1.ª CLASSE

PROVA ORAL/MALOTE 6

GRUPO II – DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Paulo contratou um pacote de viagem de determinada empresa via telefone. Após cinco dias, ele resolveu desistir do negócio e entrou em contato com a empresa fornecedora. Porém, a agência decidiu cobrar de Paulo uma multa pela rescisão contratual, no percentual de 10% sobre o valor do negócio.

A respeito dessa situação hipotética, esclareça, fundamentadamente, se Paulo tem direito à rescisão da relação contratual. Em caso afirmativo, esclareça sob que fundamentos ocorrerá esse ato. Adicionalmente, indique se a multa cobrada é lícita ou ilícita.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1.ª CLASSE

PROVA ORAL/MALOTE 6

GRUPO II – DIREITO PENAL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Um pai agrediu sua filha adolescente após descobrir que a garota havia perdido a virgindade com o namorado. As agressões sofridas pela menor foram, além do corte de seu cabelo à força, arranhões nas costas causados pelo fio de um eletrodoméstico, o que foi constatado por laudo médico do IML. Após o ajuizamento da ação, na sentença, o pai foi absolvido da acusação de lesão corporal contra a filha. Na decisão, o juiz afirmou que, após os depoimentos da vítima e do acusado, entendeu que a intenção do pai era educar a adolescente.

Acerca dessa situação hipotética, responda fundamentadamente, à luz do entendimento dos tribunais superiores, os seguintes questionamentos:

- 1 Os fatos narrados são alcançados pelas normas tutelares da Lei Maria da Penha?
- 2 É possível a suspensão condicional do processo ou a transação penal?

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1.ª CLASSE

PROVA ORAL/MALOTE 6

GRUPO II – DIREITO PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Roberto, réu primário, foi denunciado pela prática de lesões corporais em situação de violência doméstica por ter agredido fisicamente a sua esposa. Após o recebimento da denúncia, o réu foi citado e intimado para audiência especial para concessão da suspensão condicional do processo. Nessa audiência, o representante do Ministério Público ofereceu o *sursis* processual, que suspenderia o processo por dois anos desde que cumpridas algumas condições, entre elas a prestação de serviços à comunidade. O réu aceitou o benefício, mas, no período de prova, constatou-se a existência de novo processo em razão da prática de recente crime durante o *sursis*.

Acerca dessa situação hipotética, responda, de forma justificada e de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, aos seguintes questionamentos.

- 1 Para essa denúncia ministerial, é exigida alguma condição de procedibilidade?
- 2 O Ministério Público agiu corretamente ao oferecer o *sursis* processual?
- 3 O Ministério Público pode apresentar condições para o benefício do *sursis* processual, como a inclusão de prestação de serviços à comunidade?
- 4 Ao fim do *sursis* processual, constatando que o beneficiário é processado por outro crime, praticado durante o gozo do benefício, o que o magistrado poderá fazer com o processo em que havia sido homologado o *sursis* processual?